



## INTOLERÂNCIA

# Protesto pela paz eleitoral

Manifestação em Foz do Iguaçu (PR) de parentes e amigos do tesoureiro do PT assassinado por bolsonarista cobra menos violência no contexto político. Vigilante diz que suspeito fez menção ao presidente antes do crime

» RAFAELA GONÇALVES  
» TALITA DE SOUZA

Christian Rizzi/Estádio Conteúdo



Lideranças políticas, representantes religiosos, indígenas e familiares homenagearam o dirigente petista durante o ato em praça da cidade paranaense



**Eu só ouvi ele nitidamente gritando 'Aqui é Bolsonaro, porra!'. Aí dentro de dois minutos começou o tiroteio"**

**Daniele Lima dos Santos,**  
testemunha do crime

continuem a lutar por um país mais justo. "É o que meu pai defendia: liberdade de expressão, igualdade entre as pessoas, seja qual gênero, opção sexual, religião e agora, principalmente, seja qual sua opção política", lembrou. "É inadmissível que uma pessoa mate por intolerância política, é inadmissível que a gente deixe isso tomar conta das nossas famílias."

O evento contou com apresentação musical de povos originários, ato ecumênico e falas de organizações locais de segurança, como o Movimento de Policiais Antifascismo. Outras lideranças políticas locais e familiares também lembraram da trajetória de Marcelo. No fim do ato, balões brancos com sementes de árvores foram soltos no céu.

A Polícia Civil do Paraná divulgou uma nota após a manifestação, em que diz que o indiciamento é "o mais severo capaz de ser aplicado ao caso" e voltou a afirmar que "não há nenhuma qualificadora específica para motivação política prevista em lei, portanto isto é inaplicável".



**Infelizmente, foi um ato político, ele (assassino) só teve a reação porque viu um movimento diferente do dele. Precisamos condenar, para que a gente não tenha outros Marcelos por aí"**

**Luiz Donizete Arruda,** irmão do dirigente petista assassinado

O comunicado também diz que não há previsão legal para o enquadramento por 'crime político', visto que a antiga Lei de Segurança Nacional foi revogada pela nova Lei de Crimes.

### Depoimento

O depoimento da vigilante Daniele Lima dos Santos, em que ela confirma que o policial gritou o nome de Bolsonaro antes de atirar, não foi citado na conclusão do relatório final da investigação. A vigilante contou que o policial saiu "cantando pneu" e disse ter ouvido ele falar o nome do presidente para a mulher dele. "Ele estava com o vidro aberto, porque vi que ele estava com a mulher e uma criança. A mulher dele parecia assustada, mas achei normal, talvez ela não tenha gostado do lugar", disse à polícia. Cerca de 20 minutos depois, ela viu o carro voltar ao local, em alta velocidade.

Daniele, que fazia a ronda de moto, viu no retrovisor que o veículo não iria desviar dela. "Falei

'de novo?', achei estranho, pensei que ele queria me intimidar, porque da primeira vez ele saiu do local cantando pneu. Mas pensei que era coisa da minha cabeça. Mas dessa segunda vez ele veio pra cima. Eu joguei a moto para o lado. Ou eu jogava a moto ou ele passava por cima", relatou. O episódio ocorreu na estrada que levava até o clube.

Assustada, ela informou ao colega com quem dividia o turno que "um cara tentou me matar" e os dois foram procurar o homem. Foi o momento em que ela ouviu o grito 'Aqui é Bolsonaro' e os disparos. Quando ela e o parceiro de trabalho chegaram ao local, o tiroteio já havia começado "a cerca de um minuto". Era por volta das 23h54. "Procurei achar apoio, ligar para polícia", disse. Daniele confirmou, também, que ela era a autora de um áudio que viralizou em grupos no qual ela afirmava "um cara no carro quase me atropelou gritando Bolsonaro". Ela disse que enviou a mensagem para o patrão, antes dos disparos.

## PT volta a cobrar federalização

Mesmo com a Procuradoria-Geral da República (PGR) rejeitando a federalização do assassinato do petista, a presidente nacional do PT, deputada federal Gleisi Hoffmann, reforçou durante o ato em homenagem a Marcelo o pedido para que a autarquia assumira o caso. Do mesmo modo, uma ação foi protocolada junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para coibir atos de violência política. "Pedimos uma ação contra aqueles que estimulam e incentivam a violência, os que fazem vídeos que dizem que vão matar, que vão justificar com as próprias mãos, incluindo o presidente da República, pela responsabilidade que ele tem", explicou Hoffmann, lembrando de outros assassinatos por motivação política, como os recentes de Bruno Pereira, Dom Phillips e Marielle Franco.

APGR já havia informado que, até então, não haviam indícios de omissão no caso, por isso as investigações deveriam continuar na responsabilidade da Justiça estadual no Paraná. O prazo para entregar o inquérito terminaria amanhã, mas a polícia antecipou o fim dos trabalhos por alegar que já tinha os elementos necessários para fazer o indiciamento. A perícia no celular do assassino ainda pode trazer novos

elementos à investigação e mudar o caso, segundo a delegada chefe da Divisão de Homicídios da Polícia Civil do Paraná, Camilla Ceconello.

Em tese, a perícia no aparelho poderá indicar premeditação do crime. No entanto, mesmo diante das evidências e do depoimento da vigilante, a polícia afirma que não há provas suficientes para constatar crime de ódio. "Não há provas de que ele voltou para cometer crime político. É difícil falar que ele matou pelo fato de a vítima ser petista. Ele voltou porque se mostrou ofendido pelo acirramento da discussão", declarou a delegada.

O relatório de conclusão foi duramente criticado pelos advogados de defesa da família de Marcelo Arruda. "O relatório apresentado é recheado de contradições e imprecisões que demonstram uma deficiente formação do mesmo", declararam os advogados Daniel Godoy Junior, Paulo Henrique Zuchoski, Andrea Pacheco Godoy e Ian Martins Vargas, que atuam na defesa da família de Marcelo Arruda. "Como o autor do fato vai à festa de Marcelo — evidenciado o conteúdo político do evento — senão para impedi-lo ou frustrá-lo? Faria o mesmo se fosse um aniversário sem conteúdo político decorativo?", indagaram. (RG)